



EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO INICIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Mariana Caldeira Lemes^[1]
Grazielle Trindade Santos^[2]
Solange Rodovalho Lima^[3]

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência pedagógica vivenciada por estudantes da graduação em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA) em um componente curricular de extensão. Foram elaborados procedimentos de ensino para o desenvolvimento de jogos e brincadeiras e natação, por quatro estudantes do curso e aplicados com um grupo de oito pessoas com deficiência intelectual, deficiência visual, síndrome de Down e transtorno do espectro autista (TEA), com idades entre 26 e 50 anos. Foram vinte aulas, ministradas duas vezes por semana, com 50 minutos de duração cada, durante dois meses e meio. Fizemos atividades que desenvolvessem mobilidade dos membros inferiores e superiores, como alongamentos, agachamentos, subir e descer nas escadas e corridas carregando uma bola equilibrada em um cone. Esse trabalho foi feito devido à necessidade de melhorar a limitação de movimentos, além de brincadeiras que estimulassem a atenção e o foco dos participantes, alguns dos principais desafios. Também fizemos aulas estimulando a independência e respiração na piscina. Observa-se, como resultado, o aumento da confiança dos alunos nos professores, facilitando a comunicação e reduzindo a resistência às atividades. Os participantes melhoraram a independência na água, necessitando apenas segurar na borda em alguns momentos. Houve avanço na mobilidade dos membros inferiores e os alunos foram incentivados a realizar ações cotidianas como subir escadas, correr, agachar e sentar-se sem dificuldade, para melhora da qualidade de vida. A experiência foi desafiadora, mas reforçou a importância de estudos para subsidiar o planejamento e adequar as atividades às necessidades dos/das participantes. Assim, a experiência colaborou na formação inicial para atuar com a educação física voltada às pessoas com deficiência e TEA.

Palavras-chave: Prática pedagógica, Educação Física, curricularização da extensão.



¹Graduanda em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, mariana.lemes@ufu.br

²Graduanda em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, grazielle.trindade@ufu.br

³, Professora titular, Universidade Federal de Uberlândia, UFU rodovalho@ufu.br

INTRODUÇÃO



A extensão universitária, junto ao ensino e a pesquisa é uma das principais funções da universidade pública e colabora na formação inicial dos/das estudantes. Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ela tem sido desenvolvida desde o surgimento da instituição está em conformidade à Resolução CNE/CES Nº 7/2018 (Brasil, 2018) e foi regulamentada pela Resolução Nº 25/2019, do Conselho Universitário.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é a atividade que se integra às organizações curriculares e da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, social, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade por meio da produção, da aplicação e do compartilhamento de conhecimentos (Universidade...2019, p. 1)

Neste contexto o curso de graduação em Educação Física instituiu a curricularização da extensão em seu projeto pedagógico de curso (PPC) desde o ano de 2022 e desenvolve várias ações de extensão, entre as quais incluem-se ações com pessoas com deficiência e TEA.

Nesse relato, apresentamos uma experiência de formação inicial em um Programa de Extensão Universitária, campo de vivência de um componente curricular denominado Atividade Curricular de Extensão Educação Física e Deficiência II (ACE II) que tem por objetivo:

Desenvolver estudos e intervenções, nas manifestações culturais, materializadas na brincadeira, jogos, lutas, atividades rítmicas, ginásticas, atividades circenses, esportes, entre outras e psicomotricidade, com pessoas com deficiência e com transtorno global de desenvolvimento, do Programa de Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência. (Ufu, 2022).

Assim, este componente curricular conecta teoria e prática dentro e fora da Universidade, atendendo às Resoluções CNE/CESNº7/2018 (Brasil, 2018) e Consun/UFU Nº25/2019 (Ufu, 2019).

O programa, campo de vivência de ACE II desenvolve manifestações culturais materializadas por meio de esportes, exercícios físicos, atividades circenses, psicomotricidade, jogos e brincadeiras.



Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência pedagógica vivenciada por estudantes de graduação em Educação Física, com pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA) e baixa visão.

Dessa forma as atividades desenvolvidas durante a experiência tiveram como base a integração de conhecimentos teóricos e a vivência prática, especialmente na adequação das aulas para alunos/as com deficiências e transtorno do espectro autista.

Segundo Bertoni e Lima (2012) o profissional de Educação Física desempenha papel importante na inclusão pessoas com autismo, atuando nos aspectos psicológicas e na socialização, assim destacando também a importância de estratégias que respeitem a singularidade e promovam autonomia a essas pessoas. Na experiência vivenciada, a psicomotricidade apresentou-se como uma importante ferramenta no desenvolvimento motor.

Para Fonseca (2008) a psicomotricidade é uma forma de educação e reabilitação que busca atender às necessidades específicas de desenvolvimento de cada indivíduo, com o objetivo de favorecer o pleno alcance de seu potencial humano.

Freire (2003) destaca que o corpo aprende por meio da ação e que o jogo proporciona interação e autonomia principalmente no contexto da Educação Física. Tal afirmação reforça a importância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento integral, especialmente para pessoas com deficiência, promovendo tanto o aspecto motor quanto o social e cognitivo, também no desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais (Gallahue et al., 2013).

A natação desempenha um papel importante na reabilitação e promoção da saúde, sendo também um recurso fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento da autonomia funcional das pessoas com deficiência, respeitando, sobretudo as possibilidades e necessidades de cada indivíduo (Greguol, 2010). Além disso, a atividade aquática proporciona diversos benefícios às pessoas com deficiência, contribuindo para o desenvolvimento do controle respiratório, aprimoramento do condicionamento físico, melhora da coordenação motora, equilíbrio e flexibilidade, além de impactarem positivamente na qualidade de vida.

Com base nestes autores evidencia-se a importância das atividades desenvolvidas e das ferramentas utilizadas nesta experiência, destacando especialmente a formação do/da profissional de Educação Física. Essa formação deve contemplar os conhecimentos teórico-práticos, por meio de experiências que possibilitem uma atuação qualificada e sensível às especificidades de cada tipo de deficiência.

Além disso, ressalta-se a relevância dessa experiência durante a formação inicial e neste sentido, a extensão universitária tem papel estratégico, pois conecta a universidade à sociedade, permitindo aos estudantes desenvolverem competências técnicas e humanas essenciais para uma atuação profissional inclusiva e socialmente responsável (Ufu, 2022; Brasil, 2018).



METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, a partir da vivência com pessoas com deficiência que participam de um programa de extensão universitária da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia (FAEFI/UFU). Quatro discentes matriculados no componente curricular Atividades Curriculares de Extensão: Educação Física e Deficiência II (ACE II) planejaram e aplicaram procedimentos de ensino para um grupo de oito participantes, com idades entre vinte seis e cinquenta anos de idade, sendo cinco com deficiência intelectual, um com TEA, um com baixa visão e um com Síndrome de Down.

Para a avaliação na natação utilizou-se um roteiro de registro dos comportamentos motores na água, disponibilizado pela docente do componente curricular. Neste roteiro foram registrados os comportamentos que eram realizados e o tipo de ajuda necessária, como descrito a seguir: com ajuda física total o comportamento motor (apoio em duas ou mais partes do corpo) com ajuda física parcial (apoio em uma parte do corpo) ou de forma independente (comportamento realizado com domínio motor completo). Foram registrados diversos comportamentos como entrar na piscina, caminhar pela piscina, mergulhar o rosto, soltar bolhas de ar, até níveis mais avançados como realizar propulsão da perna, realizar respiração lateral ou nadar o nado completo.

Em jogos e brincadeiras utilizou-se outra tabela fornecida pela docente de ACE II para analisar o comportamento dos/das alunos/as em seus aspectos motores, cognitivos e afetivos.

Além destes roteiros, informações dos alunos no banco de dados do projeto, como idade, causa da deficiência e relato de avaliações anteriores facilitou a realização do planejamento das aulas.

Foram planejadas e aplicadas durante dois meses e meio, vinte aulas, duas vezes por semana, com 50 minutos de duração, sendo uma aula semanal ministradas em piscina semiolímpica e uma em pista de atletismo, no Campus da FAEFI/UFU. Foram desenvolvidos

jogos e brincadeiras buscando desenvolver as habilidades locomotoras e manipulativas e na piscina o foco foi no desenvolvimento dos fundamentos da iniciação à natação.

As atividades focaram na mobilidade dos membros inferiores e superiores, como alongamentos, agachamentos, subir e descer escadas, agachamentos e corridas carregando uma bola equilibrada em um cone. Esse trabalho foi feito devido à necessidade de melhorar a limitação de movimentos, além de brincadeiras que estimulassem a atenção dos/das participantes, a independência e respiração na piscina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração do planejamento teve por base estudos sobre as deficiências, atividades aquáticas e jogos e brincadeiras, em referenciais disponibilizados em ACE II, como: Bertoni e Lima (2012). Outro referencial foi o curso “Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte” disponível em:<https://cpb.org.br/educacao-paralimpica/curso-ead-movimento-paralimpico/>.

Foi utilizado um modelo de planejamento com um sequenciador que permite a modificação conforme as necessidades do grupo, registrando os comportamentos a partir de observações nas aulas. Essa forma de organizar o ensino dialoga com a concepção de Estratégias de Ensino apresentada por Amaral e Antunes (2010), que comprehende o planejamento como um processo político-pedagógico, coletivo e dinâmico. Nessa perspectiva, planejar não se restringe a uma sequência técnica de atividades, mas sim à construção de instrumentos que articulam objetivos gerais e específicos, procedimentos metodológicos, observações e eixos temáticos, orientando o ensino a partir de uma reflexão crítica sobre a realidade dos alunos e sobre o sentido social do conteúdo trabalhado. Essa concepção permitiu que a prática fosse constantemente avaliada e ajustada, garantindo maior adequação às necessidades dos participantes e favorecendo a integração entre teoria, prática e formação humana ampliada.

Discutindo especificamente sobre o planejamento da natação, ele seguiu os princípios fundamentais da natação (Greguol, 2010), com foco no desenvolvimento do nado crawl, estimulando habilidades motoras e independência dos/das alunos/as na piscina. No início, as principais atividades desenvolvidas envolviam a adaptação na piscina, por meio de jogos e brincadeiras. Desenvolveu-se atividades como passar o bambolê sobre o corpo sem soltar a mão do colega, envolvendo a necessidade de mergulhar, atividade de acertar o bambolê com a bola aumentando a precisão, atividades de soltar bolhas de água segurando na barra até que

o/a aluno/a adquirisse segurança para fazer isso nadando. Como afirma Greguol(2010), antes de introduzir os nados, o aluno precisa se familiarizar com o ambiente aquático através da entrada na piscina, mergulho da face na água, caminhada estável na piscina e o controle da respiração.



Somente após atingir esses aspectos introduziu-se a iniciação à aprendizagem dos nados, crawl, costas e peito. Ao final percebeu-se as necessidades individuais e introduziu-se diferentes níveis de nados para os/as alunos/as. Ao longo das aulas quatro alunos apresentaram um nível maior na natação conseguindo desenvolver os estilos crawl e costas, buscando ainda o início da respiração lateral, que apresenta um maior grau de dificuldade.

Os jogos e brincadeiras, utilizaram como referência materiais bibliográficos disponibilizados pela ACE II e recursos midiáticos disponíveis no *YouTube*, adequando o planejamento às dificuldades apresentadas pelo grupo. O objetivo foi estimular habilidades manipulativas e locomotoras (Gallahue et al., 2013), com circuitos pedagógicos, focando em concentração, equilíbrio, mobilidade básica e interação em grupo. Muitas das atividades também focavam no desenvolvimento de atividades do cotidiano, que eram limitadas na maioria dos/das participantes que apresentavam dificuldade para subir escadas, correr e coordenação motora fina.

O principal desafio enfrentado residiu na heterogeneidade apresentada pelo grupo. Uma das alunas apresentava muita resistência em entrar na piscina precisando da atenção exclusiva de um professor, sobrecregando os outros três no desenvolvimento das atividades com o restante do grupo. Além disso, era necessário ficar atento às adequações de atividades para um dos alunos com deficiência intelectual com maior comprometimento da capacidade cognitiva e comportamento motor, o qual em muitas atividades precisava de apoio individualizado para realizar as atividades. Nesse sentido, o objetivo era, gradualmente, reduzir essa dependência, promovendo maior autonomia. Assim, enquanto alguns alunos possuíam deficiência intelectual leve outros apresentavam uma deficiência intelectual com maior comprometimento, necessitando de maior adequação das atividades para atender às diferenças. Outro ponto importante foi a atenção às percepções e opiniões do grupo, como no caso de um estudante com baixa visão, para o qual evitávamos atividades voltadas diretamente para a claridade, garantindo seu bem-estar e conforto.

Diante de toda a configuração do grupo, optou-se por atividades dinâmicas com grandes adequações, tais como:

- 
1. Passar o bambolê pelo/a colega: essa atividade ajudava no desenvolvimento da coordenação motora fina dos/das alunos/as, podendo ser adaptada conforme a dificuldade apresentada pelo grupo.
 2. Circuito com cone e bola: foi o tipo de atividade mais realizada, em que se colocava diferentes configurações os cones, bambolês e bolas para que o grupo efetuasse pulos, condução de bola e passe, identificação da cor do cone e atenção aos comandos dados. É uma atividade muito dinâmica porque permite rápida alteração conforme a dificuldade e facilidade do grupo e que permite a realização conforme a capacidade individual.
 3. Atividade de passar a bola em roda e executar um movimento: escolhia-se um objeto que os alunos gostassem muito, no caso a bola e com ela eram realizadas diferentes atividades como: passar a bola com uma mão só, chamar o nome do colega na hora de passar para estimular a memória e atenção, passar a bola e realizar um agachamento.
 4. Alongamentos em roda: esta atividade foi muito útil no grupo que apresentava mobilidade reduzida e criava uma rotina para os/as alunos/as que sabiam que todo início de aula iniciaria-se com o alongamento além de propor que eles/elas sugerissem movimentos para serem feitos e, assim se sentirem parte da aula
 5. Toca do coelho: uma adaptação de uma brincadeira em que os/as alunos/as devem escutar a cor falada, identificar o bambolê dessa cor e entrarem nele e quem ficar sem bambolê perde.

Outro artifício utilizado para melhorar a qualidade de aulas foi a criação de um material alternativo com argolas sonoras feitas com conduítes de plástico e pedras para estimular percepção auditiva, ritmo, coordenação motora e orientação espacial, especialmente para alunos/as com deficiência visual, intelectual e Síndrome de Down. Este foi usado em diversas atividades, dentro e fora da piscina, que tornaram o aprendizado mais lúdico e inclusivo.

Durante a participação dos(as) alunos(as) nas aulas foi feita uma tabela analisando sua participação, seus aspectos sociais, cognitivos e motores comparando uma análise feita no início do processo com o final do processo. Observou-se grande aumento da confiança dos alunos nos professores o que tornou as aulas mais dinâmicas e melhorando a comunicação entre professor(a) e aluno(a).



Em relação ao comportamento motor na água houve mais independência e domínio em sua realização, mas alguns continuaram segurando na barra de apoio na lateral da piscina.

Já na parte dos jogos e brincadeiras houve o desenvolvimento da mobilidade dos membros superiores e principalmente dos membros inferiores que era muito reduzida no grupo. Houve melhora ~~em ações do dia a dia~~ como andar na escada, correr, agachar para pegar objetos e se sentar sem dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência foi desafiadora e transformadora, pois foi a primeira aproximação da docência e exigiu estudos e reflexões para atender às necessidades do grupo, ampliando a nossa capacidade de adequação do planejamento, reforçando a importância de estarmos preparados para trabalhar com diferentes corpos. A vivência nos aproximou de uma realidade invisibilizada em nossa sociedade e ampliou nossos conhecimentos sobre Educação Física e deficiência e a respeito do planejamento de ensino, contribuindo de forma crucial à nossa formação inicial e futura atuação profissional.

Avaliar o desenvolvimento dos alunos foi um ponto chave para entendermos o que precisava ser alterado para a continuidade do projeto, trabalhando com a organização coletiva. Esse aspecto foi fundamental para a nossa evolução como professores e aprimoramento das aulas para que se tornassem mais dinâmicas.

Este relato tem a função, ainda, de destacar a importância do trabalho com a deficiência na graduação em educação física e como deveria ser introduzido nos currículos das universidades, mostrando a necessidade de discussões sobre essa temática na formação inicial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a nossa orientadora e coordenadora do projeto de extensão, Solange Rodovalho Lima, que nos deu a oportunidade de ter uma vivencia tão rica quanto essa e nos orientou na produção desse trabalho, além disso estendemos nossos agradecimentos a nossa coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Marina Antunes, que sempre nos apoia na produção de trabalhos acadêmicos e na vivência da educação física escolar. Somos gratas, ainda, pelo apoio de nossa família e colegas de curso, em especial aqueles que contribuíram diretamente para o desenvolvimento das aulas realizadas com o nosso grupo.



REFERÊNCIAS

BERTONI, Sônia; LIMA, Solange. (Org.) **Diversidade e Educação Especial: ensino/aprendizagem e deficiência.** v. 1. Uberlândia:Hebrom, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução N° 6 de 18 de dezembro de 2018. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física** e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 2018.

Disponível em:

chromeextension://efaidnbmnnibpcapcglclefindmkaj/https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/12/RESOLUCAO-CNE_CES-No-6-DE-18-DE-DEZEMBRO-DE-2018.pdf. Acesso em abril de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução N° 25/2019.** Estabelece a Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: UFU, 2019.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Comprendendo o Desenvolvimento Motor:** bebês, crianças, adolescentes e idosos. Tradução de: Denise Regina de Sales. 7.ed. Porto Alegre:AMGH, 2013.

GREGUOL, Márcia. **Natação Adaptada: Em Busca do Movimento com Autonomia.** Barueri: Manole, 2010. E-book. p.127. ISBN 9788520451878. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520451878/>. Acesso em: 06 jul. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2012

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem** . Porto Alegre: ArtMed, 2008. E-book. pág.9. ISBN 9788536314020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536314020/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1,

Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

AMARAL, G. A.; ANTUNES, M. F. de S. A produção de instrumentos de planejamento: um projeto coletivo para transformação da prática docente. **Anais do XVII CONBRACE E IV CONICE**, Porto Alegre, 2011, p. 1-11. Disponível em:
<http://rbceonline.org.br/congressos/index.php/XVIIICONBRACE/2011/index>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos em Saúde. **Portaria Conjunta nº 21, de 25 de novembro de 2020**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.